



# Anais da Assembléia

Nº 130

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE AGOSTO DE 1997.

ANO XXII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1997**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Srs. Deputados César Seleme e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Iron-di Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Samis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Em licença o Sr. Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Proceda a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Proceda a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o nº 317/97, do Sr. Alexandre Fontana Beltrão - Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em resposta o pedido de informações requerido pelo Deputado Floris-

valdo Fier, que pede esclarecimentos sobre salários e cargos de confiança das Universidades estaduais. Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 390/97, do Sr. Norton José Siqueira Silva - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Péricles Mello, Florisvaldo Fier, Ângelo Vanhoni e Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre PRONAF/Investimentos. Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

OF. N. 134/97

Curitiba, 25.08.97.

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar minha ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25 a 29 de agosto, por estar em São Paulo, participando do V Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e V Congresso Paulista de Saúde Pública.

Certo de vossa compreensão, antecipadamente agradeço,  
Respeitosamente.

(a) DOUTOR ROSINHA

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1935**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1936**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de voto de pesar a Exma. Sra. Emília de Salles Belinati e família, pelo falecimento de sua mãe, Sra. Maria Cândida Moura de Salles, ocorrido no dia de hoje, na Cidade de Londrina.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio do presente à família consternada, conforme os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, em seus artigos 132 e 133.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1937

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Cândida Mora de Salles, genitora da vice-Governadora do Estado, Sra. Emilia de Salles Belinati, ocorrido na data de hoje, em Londrina.

Requer, outrossim, que seja dada ciência à família enlutada, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de voto de pesar a Exma. Sra. Emilia de Salles Belinati e família, pelo falecimento da Sra. Maria Cândida Moura de Salles, ocorrido no dia de hoje, na Cidade de Londrina.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio do presente à família consternada, conforme os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, em seus artigos 132 e 133.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO Nº 1934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. Avelino Aita, falecido no dia 23 de agosto do corrente ano.

Peço enviar cópia à família enlutada, na pessoa da Sra. Regina Célia Elói Consalter (esposa), residente à rua José Francisco, 240 - Jardim Belo Horizonte - Paranavaí/PR - 87700-000.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, título de Moção de Honra ao Dr. Roberval Borges Correa, que de longa data, vem prestando relevantes serviços à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Requer ainda, que o homenageado receba seu prêmio em Plenário, e que seja dado ao mesmo alguns minutos, para projeção de gráficos via retro-projetor, expondo o trabalho dos Correios e Telégrafos do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

## JUSTIFICATIVA:

A diretoria dos Correios do Estado do Paraná, é uma das 23 representações regionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com atuação em todo o Estado.

- Atendimento: são 98% dos municípios do Paraná em atendimento por essa administração, com 1356 postos de atendimento.

- Distribuição: são 14.500 km percorridos diariamente pelos carteiros, 250.000 domicílios atendidos diariamente e 1.500.000 objetos/dia entregues. Em 1996 encerrou o ano com 260 milhões de objetos entregues.

- Transporte: tem capacidade diária de transporte aéreo de 16 toneladas, e terrestre de 200 toneladas, com quilometragem aérea de 2.000 km, e terrestre de 16.000 km.

O exercício anterior, ano de 1996, fechou com resultado financeiro expressivo, devido a parcerias firmadas com empresas públicas e privadas, tornando um recorde na história dos Correios do Paraná.

São várias as mudanças dos Correios do Paraná, os melhores indicadores de qualidade, automação pioneira, mecanização moderna; é sempre no Paraná que as mudanças dos Correios começam; reformas das agências centrais, construção do Terminal de Cargas e o desafio... a construção do Complexo Operacional e Edifício Sede da ECT do Paraná, um investimento de mais de 40 milhões de reais, localizado na rua João Negrão, nos nºs 1221/1251, numa área total de 44.262 m2.

O complexo será construído dentro dos parâmetros da moderna arquitetura, com dois blocos interligados e lay-out interno centrado na funcionalidade e facilidade de manutenção e automação dos controles, isto é, prédio inteligente.

Será feita também a implantação de um dos sistemas postais mais modernos e eficientes do mundo, previsto para as novas instalações, em novembro de 1998, irá incrementar a capacidade produtiva da empresa no Estado, tornando-a mais ágil e moderna.

São por esses e outros grandes motivos, que a Empresa de Correios e Telégrafos do Estado do Paraná, sob a direção do Dr. Roberval Borges Corrêa,

é uma das melhores e mais modernas empresas estatais do Brasil.

O Dr. Roberval, foi também Gerente de Operações Postais no Paraná, Diretor Regional do Estado do Piauí, bem como muitas outras funções dentro dos Correios do Brasil.

Foi premiado com o Top de Marketing pelos Correios do Paraná, e pela Escola Nacional de Administração Pública pela realização do Projeto de Apoio ao Trabalho do Deficiente Físico da ECT.

Parabéns, Dr. Roberval.

#### REQUERIMENTO Nº 1941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cambira - Paraná, alusivos à realização da IX Olimpíada das Escolas Especiais, no período de 20 a 22 de agosto do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Sr. Francisco Luiz Rosino, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Canadá, nº 560, CEP 86890-000, Município de Cambira / PR.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército, alusivos à Semana do Exército, de 18 a 25 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Comandante, General-de-Divisão Pedro Augusto da Silva Neto, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 31 de março, s/nº, CEP 81150-900, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações às Grandes Lojas do Para-

ná, alusivos ao Dia do Maçon, comemorado no dia 20 de agosto.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Grão-Mestre Sidney Pinto, através de correspondência a ser encaminhada à rua Brigadeiro Franco, 4173, CEP 80220-100, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Grande Oriente do Estado do Paraná, alusivos ao Dia do Maçon, comemorado no dia 20 de agosto.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Grão-Mestre, Clíceu Bassetti, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Zacarias, nº 46, CEP 80020-944, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Grande Oriente do Paraná, alusivos ao Dia do Maçon, comemorado no dia 20 de agosto.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Grão-Mestre, José Busatto, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Comendador Macedo, nº 39, CEP 80060-030, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Manoel Ribas - Paraná, alusivos à realização da II GINAPAE, no período de 20 a 22 de agosto do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Presidente daquela Associação, Sra. Vanil Oliveira Darcin, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 7 de Setembro, nº 651, CEP 85260-000, Município de Manoel Ribas / PR.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1947

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER a inserção de voto de congratulações ao Exército Brasileiro, na pessoa do General de Divisão Pedro Augusto da Silva Neto, Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, pela ação cívico-social realizada durante a Semana do Exército, e concretizada mediante a operação de apoio às autoridades ambientais da Região Metropolitana de Curitiba, na limpeza dos rios que formam a Bacia do Iguaçu; particularmente rios Belém, Palmital, Iraí e outros afluentes do Rio Iguaçu.

Essa, acreditamos, foi a maneira positiva de destacar a presença do Exército na vida brasileira; reforçando os ideais plantados por Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do Exército, e cuja data hoje comemorada, assinala a função histórica de integração territorial e de sustentação da unidade nacional realizada pelo Exército.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO Nº 1949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações ao Cônsul da Ucrânia, Sr. Yuliy Tatárchencko, pelos 6 anos de independência da Ucrânia.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) JOÃO TECHY

## REQUERIMENTO Nº 1938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando a conclusão do módulo policial para atendimento dos moradores do Alto da Boa Vista I e II, Jardim dos Estados, Jardim dos Pássaros, Jardim das Palmeiras, Residencial do Café e Parigot de Souza I, II e III.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

Os moradores dos referidos bairros, através das Associações de Bairros, iniciaram a construção de um módulo em uma praça pública, que foi embargada pela Prefeitura (documento anexo).

Agora, os moradores estão de posse da autorização de construção, porém não têm condições econômicas para fazerem.

## REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando a instauração imediata de uma investigação sobre o seqüestro de automóveis, no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) IRINEU COLOMBO

## JUSTIFICATIVA:

É necessário e urgente uma investigação sobre o seqüestro de veículos do Município de Altônia para o Paraguai. Segundo denúncias, tal operação estaria tendo a conivência e participação de policiais.

Por isto, solicito aos nobres Deputados desta colenda Casa de Leis, a aprovação deste requerimento, que será enviado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública.

## REQUERIMENTO Nº 1933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, à Universidade Estadual de Maringá, que informe sobre o andamento das ações, visando instalar junto à FECILCLAM, de Campo Mourão, uma extensão do Curso de Direito.

Em contato anterior, o Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Maringá - Professor Luiz Antonio de Souza, se comprometeu a providenciar os procedimentos necessários à criação desse curso. O objetivo desse requerimento é responder às indagações da comunidade sobre o andamento das medidas visando atender esse pedido.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) JOEL COIMBRA

## Projeto de Lei:

## PROJETO DE LEI Nº 401/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Os proprietários de veículos automotores de qualquer natureza apreendidos por qualquer motivo ou infração pelo DETRAN/Paraná e, que estejam em estadia nos depósitos de responsabilidade daquele órgão, terão

o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para a regularização do mesmo, efetuando seu resgate, após o recolhimento de todos os débitos e acessórios que fundamentaram a apreensão;

Parágrafo Único - os veículos não regularizados no prazo estipulado pelo "caput" deste artigo, serão levados a leilão pelos DETRAN e/ou CIRETRAN de forma imediata, após o término deste prazo.

Art. 2º - Ficam incluídos nos procedimentos do artigo 1º, da mesma forma, as carcaças, monoblocos, chassis, blocos de motor, caixas de câmbio, peças, partes e acessórios de qualquer natureza que componham um veículo automotor de qualquer gênero, além daqueles que dependam de tração principal como reboques, "trailers", semi-reboques e assemelhados.

Art. 3º - Os bens especificados nos artigos anteriores que já estiverem depositados por mais de 12 (doze) meses nos pátios do DETRAN e/ou CIRETRANS até a data de publicação desta lei, deverão ir a leilão no prazo de 60 (sessenta) dias, se não forem regularizados.

Art. 4º - O leilão destes bens será efetuado através da persecução dos moldes, procedimentos e princípios que são impostos à Administração Pública.

Art. 5º - Os valores apurados na hasta pública descrita no artigo anterior serão destinados à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e, repassados de forma integral pelo DETRAN e/ou CIRETRANS no prazo de 15 (quinze) dias, àquela Secretaria que aplicará estes recursos nos projetos assistenciais que lhe são pertinentes;

Parágrafo Único - No caso de fusão, cisão, desmembramento ou extinção da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, os recursos provenientes da hasta pública, serão destinados a Secretaria que vier a substituir sua competência.

Art. 6º - Ao Poder Executivo caberá a regulamentação desta lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O conhecimento difundido de que os pátios dos DETRANs e CIRETRANs de todo o Brasil estão lotados de veículos depositados, a todos alcança.

O estacionamento de veículos dentro dos pátios daqueles órgãos de trânsito e fora deles tem se tornado uma constante e advém do fato de que muitas vezes o valor das infrações cometidas pelos proprietários ou acidentes em que estiveram envolvidos, mais o valor de reboque e as estadias que incidem sobre esses veículos em muitas vezes supera o valor de mercado do veículo ou do bem depositado naqueles pátios, impossibilitando aos seus proprietários de reaverem estes bens pela perda do objeto.

O alto valor das infrações e seus acessórios que supera o do veículo, faz com que o proprietário perca o interesse em reaver os seus bens, impelindo a administração pública a manter estes veículos nos depósitos, na maioria das vezes de maneira inadequada, já que ficam expostos a intempéries, ao relento, sofrendo a ação e o vilipêndio do tempo, que acelera a desvalorização e deterioração do bem que se encontra exposto.

Assim, demonstramos que não são apenas os valores a serem pagos, mas também o desgaste prematuro que faz com que os proprietários passem a perder o interesse pelo resgate do bem.

Desta forma, os bens passam a ser depredados pela inconveniência de seu armazenamento, e em pouco tempo transformam-se em carcaças imprestáveis que apenas causam estorvo e ocupam lugar.

Pelo presente projeto, pretendemos extinguir esta antiga maneira de proceder, estimulando o resgate dos veículos pelos seus proprietários.

O mérito de nossa intenção é, além de tudo, propiciar meios ao Poder Público de livrar-se de um óbice onde não mais incide interesse, e gerar recursos de maneira legal e constitucional que possam ser canalizados - não na resolução de problemas que tenham apenas valor material, e que podem ser substituídos - mas, sim propiciar ao Estado meios de se ocupar em investir no desenvolvimento e resguardo da infância e da família, na sua formação, através dos projetos e trabalhos da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, que tem se destacado com brilhantismo nas suas atuações.

Pelas relevantes intenções que resguardamos para este projeto de lei, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Heivo Beraldin) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, na verdade, queria fazer aqui, um registro despretensioso, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, até porque, certamente, os jornais paranaenses e a nossa prestigiosa agência de notícias que tem o Palácio Iguaçu, não distribuirá a matéria que foi publicada pela Revista "Isto É", com data do dia 27 de agosto, e lançada no final de semana. Mas, certamente, o Palácio não distribuirá esta matéria, que tem como título: "Cotação Eleitoral", e que traz aqui uma pesquisa eleitoral feita por um instituto famoso, o Brasmaking Analise e Investigação de Mercado, que é a parceira da "Isto É" nestas pesquisas eleitorais, e fez uma ampla pesquisa que inclui, inclusive, a questão da satisfação do brasileiro com o país.

Mas, é muito interessante verificarmos que, pela primeira vez na história, um Governador paranaense está em uma posição tão ruim na pesquisa, aliás, ele está, se aqui não desaprendi a contar, em 10º lugar. Na frente dele, em 1º lugar, aparece o Governador Maguito Vilela, do PMDB de Goiás, que está no índice de popularidade na soma dos conceitos ótimo e bom, com 62,3%. Depois, em 2º lugar, aparece o governador tucano do Ceará, Tasso Jereissati, com 55,1%. Em 3º lugar, o Governador Siqueira Campos, do PPB de Tocantins, com 47,2%. Em 5º lugar, Amazonino Mendes, do PFL do Amazonas, o homem que esteve envolvido na compra de votos para a reeleição, com 45,4%. Depois, a Roseana Sarney, a nossa Governadora do Maranhão, com 44,4%. depois, o Governador da Bahia, do PFL, Paulo Souto, com 43,2%. Depois, o Governador de Roraima, Neudo Campos, com 36,2%. Depois, o Garibaldi Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, com 34,3%. E, depois, o Governador sem partido, Jaime Lerner, do Paraná, com 30,3%, muito próximo, Deputado Alborghetti, do Almir Gabriel, com 29%, e do Paulo Afonso Vieira, o Governador quase cassado de Santa Catarina, com 28,3%. O Jaime Lerner está encostado no Paulo Afonso Vieira.

Acho que pior do que isso, só a posição, Deputado Traiano, que ficou o Governador Jaime Lerner, não na questão do índice de popularidade, Deputado Horácio Rodrigues, deve ter ficado na intenção de voto, estimulada por um

governador, ficou ele com 1,9% atrás do "meu nome é Enéas".

Esta é uma situação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que está na pesquisa da "Isto É", o Governador do Paraná, Jaime Lerner. Muito diferente quando vemos uma pesquisa isenta, pelo menos espero que seja, da Revista "Isto É". É uma revista prestigiosa, que mostra que os números que o Palácio vende diariamente de seus institutos são alugados para servir bons números da mesa do Governador. Estes números são mentirosos, pelo menos os que a Revista "Isto É" mostra.

Acho, Sr. Presidente, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que certamente não nos debatemos com os números. Quando um número de uma pesquisa é ruim, acho que todos temos que ter a humildade para aceitar a realidade dos números.

Acho que o Governador Jaime Lerner tem que fazer um balanço da sua atuação administrativa, porque todos sabem que este Governo tem muita propaganda. Mas, fazer um balanço, uma reflexão e corrigir os números, que ainda é tempo, porque não dá para ficar aqui enganando os Srs. Deputados com pesquisas fabricadas nos gabinetes palacianos, mostrando que a situação é cor-de-rosa, quando os Srs. Deputados que fazem parte da bancada de sustentação política do governo nesta Casa, são enganados na sua boa-fé e acabam ludibriados na incerteza de caminhar ao lado de um governante impopular, pelas suas políticas absolutamente omissas em relação às aspirações populares.

Certamente Vossas Excelências, que estão acompanhando o Governador, caminharão para o precipício, se não fizer um alerta, e fazer este governo, Deputado Valdir Rossoni, mudar os rumos e fazer uma administração voltada para os interesses populares.

Presidente, queria concluir, apenas dizendo que fica aqui a advertência de um real companheiro de Vossas Excelências, o Deputado Edno Guimarães, que é um antigo companheiro, tome cuidado! Não vá no "canto da seireia", que Vossa Excelência pode naufragar ao lado de um governante impopular. Mas é sempre tempo, Alborghetti, de mudar. De mudar o Parlamentar, de mudar o governo. E se Deus quiser, no dia 03 de outubro, o povo fará esta mudança.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI - Antes naufragar bem acompanhado, do que mal acompanhado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - O senhor tem experiência disso.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa consulta se o Deputado Orlando Pessuti falará no Pequeno Expediente. Vossa Excelência terá a palavra no Grande Expediente.

O Deputado Ângelo Vanhoni ocupará a tribuna no Pequeno Expediente.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Escutei, atentamente, o Deputado Luiz Claudio Romanelli, que fez menção a uma pesquisa que está reproduzida na Revista "Isto É", desta semana. Tenho algumas dúvidas a respeito do Instituto de Pesquisa Brasmaket, da Revista "Isto É". Não considero que a imagem, a popularidade do nosso Governador do Paraná esteja tanto quanto gostaria o Governo do Estado, mas também, reservo um pouco de senso crítico para acreditar que está em 10º lugar, como está aparecendo da Revista "Isto É".

Acho que a imagem do Governo não é boa, porque deixa a desejar no interior do Estado do Paraná, não tem nenhum programa específico na área da agricultura, na geração de riqueza, na cadeia produtiva da agropecuária. Não tem nenhuma proposta para educação, a área de saúde gastou menos dinheiro do que a propaganda, no ano passado.

Então, do ponto de vista macro estrutural do Estado do Paraná, o governo, com exceção do atrativo de indústrias, com a política em função da lei que dilata prazos de recolhimento do ICMS e prevê até retirada de dinheiro público, como no caso da Renault, para construção da fábrica. Fora esse programa, acho que o Governo Lerner é um governo ruim, não é um governo que entenda o Estado do Paraná como um todo, no seu processo de desenvolvimento e nem o que vai acontecer nos próximos anos, no nosso Estado.

Por base, gostaria só de citar a região metropolitana de Curitiba. Somos hoje, Curitiba e região metropolitana, 2.300.000 habitantes. O IBGE e o próprio IPARDES, nos últimos documentos que foram publicados, afirmam que o crescimento vegetativo desta região, é na ordem de 100.000 habitantes/ano. Então, no prazo de 5 anos, teremos um acréscimo de 500.000 pessoas, vegetativamente, isto é, as pessoas que já vêm morar para cá, as que estão nas-

cendo, um crescimento da população de 100.000/ano, em Curitiba e região metropolitana, 500.000 pessoas.

Se tomarmos como base só as indústrias do regime automotivo, vamos pegar a Renault, a Audi, a BMW, a Chrysler, enfim, todas as montadoras que se instalarão no eixo que sair aqui para Campo Largo e São José dos Pinhais, teremos trabalhando nas fábricas, perto de 5.000 pessoas. E a indústria que vai se instalar para fabricar o trinco da porta, o banco, o anel do pistão, as novas indústrias que vão se instalar, podemos imaginar, numa boa perspectiva, que geram mais alguns empregos nas fábricas da região metropolitana, devido às montadoras, num total de 55 a 60.000 empregos. Isto é muito bom, é importante para o desenvolvimento da economia e é uma geração de número de empregos significativa.

Agora, imaginem os Senhores, que a região metropolitana de Curitiba, que hoje não consegue resolver a Cidade de Piraquara, a Cidade de Pinhais, a Cidade de São José, que não têm recursos próprios para resolver problemas de moradia, onde estão ocupando os mananciais da região metropolitana perto de 200, 300, 500 famílias, vocês imaginem quando as fábricas começarem a funcionar a pleno vapor.

Não acredito que o Estado do Paraná não faça propaganda para o resto do Brasil, que aqui é o novo ABC, o nosso "El Dorado" da geração de emprego, da geração de riqueza, de que o Paraná é "avant gard" industrial do Sul do Brasil, do MERCOSUL. Não acredito que o Governo do Estado não faça propaganda deste tipo, e que atraia, devido à essa propaganda e do próprio fato das empresas se instalarem, que atraia um sem número de trabalhadores do campo, do interior do Estado do Paraná e de outras regiões do Brasil, que virão morar aqui na região metropolitana. Virão em busca de emprego, virão em busca de um lugar para poder viver e trabalhar.

Quero saber daonde vem o dinheiro para construir casas, hospitais, para asfaltar ruas, construir creches, postos de saúde, para pagar os salários dos médicos e professores da região metropolitana do nosso Estado.

Preocupo-me com isso, porque não vejo uma única frase do Governo do Estado do Paraná, a quem compete planejar o futuro e planejar as soluções dos problemas que virão pela frente. Não vejo um pensamento por parte do Governo do Estado, neste sentido. Pelo contrário, há uma propaganda exaustiva

e que extrapola no sentido dos benefícios da geração de empregos.

O Deputado Neivo, o Deputado Alborghetti, enfim, todos os Deputados aqui da Capital do Estado, conhecem bem os problemas sociais da região metropolitana.

As prefeituras não têm dinheiro para fazer nenhum investimento social. Vamos pegar a questão da habitação. Só em Curitiba, Deputado Neivo, tem 40 mil pessoas na lista de espera da COHAB. É só chamar o Ivo Mendes Lima, da COHAB de Curitiba, ele vem aqui e dá os números, são 40 mil pessoas inscritas na fila da COHAB. Se você for ter que dar o lote de 8x16 ou de 10x20 para que as pessoas construam a sua casinha, é só multiplicar 2x20, dá 200 metros quadrados, multiplique por 40 mil.

Quando que Curitiba terá dinheiro para comprar, aliás não é dinheiro, acho que dinheiro até podemos ir atrás, em parceria com o Governo Federal e etc. No Município de Curitiba não tem terra, porque precisa 2 mil alqueires para fazer jus a uma política habitacional, a uma demanda reprimida do município.

Se somarmos o que vai acontecer no Estado do Paraná, na Região Metropolitana nos próximos 5 anos, não tenho dúvidas, o Estado precisa ter um estopo de terras para a política de habitação de baixa renda, na ordem de aproximadamente 4 mil alqueires, e não tem nenhuma programação nesse sentido, senão há dinheiro, se não há programação para a habitação, vejo que não há nenhuma proposta do Governo, não há nenhuma frase, não há nenhuma luz dizendo o seguinte: olha, os problemas sociais de Curitiba e Região Metropolitana podem agravar-se. É importante o investimento industrial, mas o Estado tem que se precaver com o que vai acontecer daqui para a frente, desde a construção de pontes, integração do transporte coletivo, geração de empregos, asfalto, calçada, posto de saúde, escola, creche, para a maioria do nosso povo, que acho que nos próximos 5 anos, ultrapassarão os 3 milhões e 200 mil moradores em Curitiba e Região Metropolitana.

É grave a situação. Acho que esse alerta ao Governo do Estado, aos organismos que devem pensar e planejar como a COMEC e outros Institutos do Estado, acho que é procedente, e caberia à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na verdade, fazer um Seminário que aprofundasse um pouco mais essa discussão em relação à Região Metropolitana. Tenho certeza que os De-

putados todos que militam e entendem dos problemas dessa região, acho que compreenderiam que seria muito bom que ainda nesse semestre fizéssemos um Seminário com esse objetivo, de entendermos os desafios sociais colocados para o Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, para os próximos 5 anos.

O que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é uma notícia, além desse alerta a respeito da Região Metropolitana, mas é uma notícia que diz respeito ao Banco do Estado do Paraná. Vi pela imprensa escrita, no sábado e no domingo, reportagens exaustivas, declarações do Secretário Giovani Gionedis, declarações do Senador Roberto Requião, de que o Banco do Estado do Paraná está com um pedido de privatização para ser aprovado pelo Banco Central do Governo Brasileiro, em que na realidade repassaria ao Banco do Estado do Paraná para um fundo de pensão dos funcionários públicos do Estado do Paraná, o seu controle acionário, sendo que essas ações estariam caucionadas ainda no BNDES, e que o Governo do Estado do Paraná teria condições assim de renegociar sua dívida mobiliária, isto é, parece-me, pela forma como está se tratando o processo de privatização do Banco do Estado do Paraná, de uma negociação intra-muros, não sei como que essa notícia veio a público, desconfio que nenhum Deputado da Assembléia Legislativa, nem Deputado que dá base de sustentação ao Governo saiba desse protocolo, tenha condições de vir a tribuna e tentar explicar do que se trata, para a Assembléia Legislativa.

Mas, da forma como o Governo do Estado está tratando o futuro do Banco do Estado do Paraná, tão importante e dito pelo Governador do Estado até agora que não pensa e nunca pensou em privatizar o Banco do Estado, que pela declaração dos seus diretores é um Banco que mesmo com os percalços que tiveram com a BANESTADO Leasing, ainda é um Banco rentável, é um banco que tem condições de sobreviver, foi o único grande Banco deste País que conseguiu fazer uma transição nesse período de readequação do sistema financeiro.

Acho que a maneira como está sendo tratado, é uma maneira que desprestigia a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e lança suspeitas sobre as verdadeiras intenções da Secretaria da Fazenda, na maneira como está sendo conduzido esse processo, neste sentido, antes de fazer qualquer repúdio à possível privatização do Banco do Estado do Paraná. Porque vejam bem,

não há nenhuma discussão de fundo de pensão na Assembléia Legislativa. Não há nenhum projeto discutido com os Srs. Deputados, não há lastro nenhum e de repente aparece o Fundo de Pensão dos funcionários públicos do Estado do Paraná, como salvador da dívida mobiliária do Estado do Paraná, e mais do que isso, aquele que vai possibilitar a privatização do Banco do Estado do Paraná, sem que o Governo, na realidade, o privatize, isto é, apenas o transfira para os funcionários públicos do Estado. Como não há nenhuma discussão a esse respeito, de repente, coloca-se essa fórmula, como a fórmula salvadora. Ora, o Governo do Estado no ano passado sequer conseguiu pagar o que é devido do IPE para os funcionários públicos do Estado do Paraná. Ficou devendo 25 milhões de reais, não pagou a parcela devida dos funcionários, e vem a público, dizendo: olha o bom negócio que estamos pensando em fazer!

Então, o Governador precisa ter uma palavra só. O Governador do Estado não pode ter duas palavras. O Governador tem que ter uma palavra só. É em quem o povo depositou o voto e acredita na sua palavra. O Governador tem dito: "não penso em privatizar o Banco do Estado". Tem dito isso para os funcionários do Banco do Estado, na imprensa, como disse a respeito da COPEL.

Ora! Agora vir Giovanni Gionedis e dizer que pretende transferir, não vai privatizar, mas vai transferir o controle acionário do Banco do Estado para uma pseudo-fundação, que sequer existe.

Ora! Vou dizer aos senhores, os 13 mil funcionários do Banco do Estado do Paraná, estão hoje sem clima de poder trabalhar. Não sabem mais o que vai acontecer com o Banco. O Banco vai pertencer a quem? Isso prejudica o funcionamento de uma instituição financeira de toda a maneira. O gerente já nem pensa mais se ele vai fazer um bom negócio, se vai sair para a rua para captar recursos ou não. O clima no meio dos funcionários é de insegurança muito grande. É uma instituição financeira, não é como abrir uma torneira de uma empresa como a SANEPAR, que a água cai. O funcionário precisa sair, precisa convencer o cliente a depositar, retirar o dinheiro, precisa convencer o industrial a depositar recursos na empresa. Quer dizer, é uma empresa que vive da sua tranquilidade, da segurança que pode repassar para a clientela, para a sociedade.

Então, essas notícias têm trazido um mal estar profundo para o Banco do Estado do Paraná. Por isso estou solicitando, hoje, um pedido de informações, que o Governo do Estado, o Sr. Secretário da Fazenda, Sr. Giovanni Gionedis, preste informações que já são de posse pública por meio de jornais, mas que venha a Assembléia Legislativa, por meio de documentos e que prestem esclarecimentos de que negociação é essa envolvendo o Banco do Estado do Paraná como sendo repassado, vendido para o Fundo de Pensão, a ser criado, dos funcionários públicos do Estado do Paraná, para solucionar o problema da dívida mobiliária do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. 2ª SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - A 2ª Secretaria, com muito pesar, comunica o falecimento, hoje de manhã, em Londrina, da Sra. Maria Cândida de Salles. Ela era mãe da nossa vice-Governadora Emília de Salles Belinati. E em nome do Sr. Presidente, fica registrado, nos Anais desta Casa, os pêsames deste Parlamento à família enlutada.

O SR. PRESIDENTE (Maivo Beraldin) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na condição de Coordenador do Bloco Agropecuário da Assembléia, é nosso entendimento que devemos prestar contas a esta Casa, do trabalho que estamos desenvolvendo já há alguns dias, em conjunto com o Deputado Toti Colaço, Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista, no que diz respeito às reivindicações que são apresentadas a nós pelo segmento produtivo do Paraná, ou seja, pelos agricultores do nosso Estado.

Tivemos a oportunidade, há alguns dias atrás, de nos reunirmos aqui na Assembléia, com lideranças agrícolas da região Centro-Sul do nosso Estado, com a coordenação daquele episódio, desses agricultores, por parte do Vereador Elias, do Município de Rebouças. E nessa mesma reunião, tivemos a presença dos Srs. Deputados, agricultores da região Centro-Sul, Deputado Toti Colaço, a nossa presença, tivemos a oportunidade de desencadear o movimento, hoje coordenado pelo Bloco Parlamentar Agropecuário, que já teve a oportunidade de reunir-se nas dependências da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento com Sua

Excelência o Deputado Hermas Brandão; Presidente da OCEPAR, João Paulo; Presidente da FAEP, Agide Meneguetti; representantes da FETAEP, na pessoa do Dr. Antonio Antonelo. Enfim, lideranças essas todas ligadas ao movimento produtivo do Estado do Paraná.

Dessas reuniões, Sr. Presidente, resultou um documento que recebeu o nº do ofício 1997/97, que vamos pedir, posteriormente, através de um requerimento, que o mesmo seja registrado nos Anais da Assembléia Legislativa, para não ser apenas e tão somente um documento do Bloco Agropecuário, dessas entidades do Bloco Municipalista, não ser um documento dos Srs. Deputados que já tiveram oportunidade de assiná-lo, mas ser um documento da Assembléia Legislativa do Paraná, ser um documento da Secretaria da Agricultura da OCEPAR, e que busca, por meio deste documento, enviar ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda, ao Ministro da Agricultura, Presidente do Banco do Brasil, Câmara dos Deputados, Senador Federal.

Busca esse documento, basicamente, o seguinte:

1) a prorrogação da parcela vencendo em outubro/97, para um ano após o vencimento da última parcela;

2) recálculo das dívidas que foram securitizadas;

3) prorrogação do vencimento do apartado, do diferencial do Plano Collor;

4) liberação dos recursos do custeio independente do pagamento da parcela de securitização, dentro do prazo da implantação das culturas;

5) que seja considerado como garantia o penhor da safra agrícola. E no caso do financiamento de investimento, a garantia seja o bem adquirido, como por exemplo: máquinas, equipamentos, construções;

6) reabertura do prazo para a securitização das dívidas originárias do crédito rural;

7) e finalmente, rediscussão dos prazos de pagamento da dívida já securitizada.

Por que estamos fazendo estas reivindicações? Porque a maioria dos produtores rurais não conseguirão pagar a sua primeira parcela da dívida, securitizada, no próximo mês de outubro. Porque a agricultura vem sofrendo, como já há muito tempo, um desgaste, uma descapitalização muito grande, e os produtores, infelizmente, não conseguiram guardar dinheiro para honrar o pagamento da primeira parcela. Não são todos, alguns, evidentemente, terão condições, e tenho certeza que

pagarão esta primeira parcela. Mas, a maioria não tem condições. Por que estamos pedindo o recálculo dessas dívidas? Porque, na maioria das vezes, as agências bancárias, ao procederem a securitização da dívida dos produtores rurais, deixaram dentro dessa dívida, multas punitivas, taxas, honorários, penas as mais diferentes possíveis que fizeram com que essa dívida securitizada fosse além daquilo que seria o valor correto e verdadeiro. Cobraram pela equivalência/produto. Cobraram penalidades contratuais, quando não deveria, e por essa razão, a dívida, hoje, securitizada e cobrada hoje dos produtores rurais, não reflete a verdadeira história da dívida dos agricultores.

Temos exemplos de agricultores que financiaram 50 toneladas de calcário, já pagaram 25 e estão devendo 80. Temos caso de produtor rural que financiou um trator, pagou o correspondente a um trator e deve um trator e meio. Temos casos e mais casos que estão sendo mostrados, inclusive dentro do "Panela Cheia", e ao invés de adotar o critério da equivalência pelo preço do milho, adotou pela correção, pelos juros, o que hoje faz com que a dívida esteja acrescida em pelo menos 52%, além do que deveria estar.

E o Banco do Estado, por meio de algumas pessoas que ainda não estão, na minha opinião, devidamente informadas, entendem que é o produtor rural que tem que pagar esse diferencial. Quando a própria Assembléia Legislativa, ao votar a lei que modificou o FDE, permitindo que ele aportasse recursos ao "Panela Cheia", estabeleceu que o diferencial entre equivalência/produto e aquilo que se apurasse por meio da dívida com correção monetária e seguro, esse diferencial se fosse desfavorável ao Banco, seria coberto pelo FDE.

O Banco não vai ter nenhum prejuízo em momento algum. Se algum diferencial tiver que ser pago em função da adoção da securitização, pela equivalência/produto, se tiver que algum diferencial ser pago ao Banco, isso será pelo FDE, que esperamos possa ter dinheiro para indenizar o BANESTADO, nesses casos da securitização, já que, sabidamente, tem tido muito e muito dinheiro para indenizar os acordos feitos pelo Governo para o financiamento e implantação das montadoras, fábricas de automóveis do Paraná.

Quero também dizer, apesar da gripe e da garganta complicada, quero dizer que no dia de ontem, junto com o Deputado Kielse Crisóstomo, junto com

O Deputado Nelson Tureck, estive na Cidade de Janiópolis, numa reunião que contou com a presença de pelo menos 500 produtores rurais, da região Noroeste do nosso Estado, onde presentes também estavam os Deputados Moacir Miqueleto e Odílio Balbinotti - Deputados Federais, e onde pudemos participar de uma reunião à luta pela sobrevivência da agricultura organizada pelo Movimento Nacional de Produtores Rurais que tem, inclusive, como um de seus coordenadores, o ex-Deputado Estadual Eduardo Ferreira Baggio.

Na reunião de ontem, lá em Janiópolis, mais uma vez pudemos estar conscientes de que existe a necessidade de promovermos a transferência dessa primeira parcela da dívida securitizada para o final do contrato. Ficou evidente a necessidade de que se promova o recálculo dessas dívidas. E abro um parêntese: porque este recálculo já era para ter sido feito.

Inclusive, tem aqui num dos itens das reivindicações lá da carta de Janiópolis, que diz o seguinte: O Governo Federal não instalou a comissão de recálculo das dívidas, o que foi criada pela resolução do Banco Central nº 2238, de 31 de janeiro de 96, sendo o recálculo legitimado pela Portaria Interministerial nº 226, de 26 de março de 96".

Vejam bem, a Portaria Interministerial, a Resolução do Banco central, estabelecem, já no ano de 96, há um ano de meio, a necessidade do recálculo das dívidas que foram securitizadas e das dívidas que estão aí em aberto, carecendo de serem securitizadas. Se o Governo do Paraná e os jornais trazem isso hoje com farta abundância, estão reivindicando uma rolagem da sua dívida para pagá-la em 30 anos.

Por que não pode o produtor rural reivindicar a rolagem de sua dívida por pelo menos 10, 15 ou quem sabe 20 anos? Será que existe crime nessa reivindicação dos agricultores? Se o Governo do Estado de São Paulo pôde renegociar a dívida do seu Banco BANESPA e outras, que somaram mais de 30 bilhões de reais, por que não podem os agricultores do Brasil rolar pelo menos por uns 10 anos, por meio do princípio da securitização, as suas dívidas? Os agricultores de todo o Brasil, as suas dívidas que certamente ultrapassarão a casa dos 20 bilhões? Será que o BANESPA, apesar da sua importância no setor financeiro-econômico, será que o BANESPA, sozinho, vale mais do que todas as centenas de milhares de agricultores deste País, para não ter um tratamento assemelhado?

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que temos percorrido os caminhos deste Estado do Paraná, nos reunindo com sindicatos, com cooperativas, cooperativas que diga-se de passagem, também atravessam uma fase difícil e não recebem nem dos governos estaduais, e muito menos do governo federal a atenção que merecem, porque só no Estado do Paraná, as cooperativas são responsáveis pela armazenagem e comercialização de mais de 70% de tudo aquilo que se produz, em termos de grãos, neste Estado. É a maior agência de arrecadação do Estado. As cooperativas têm um trabalho certamente muito mais significativo, do ponto de vista da arrecadação, do que as próprias agências de arrecadação da Secretaria da Fazenda.

Então, é fundamental que estejamos atentos a isso, que se prolongue a dívida dos produtores, que se recalcule as dívidas já securitizadas, que se abram os prazos para novas securitizações, que se dê ao produtor, que hoje tem uma dívida securitizada, a oportunidade de financiar a lavoura que irá plantar nos próximos dias.

Concedo aparte ao Deputado Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse - Sr. Presidente, como ontem, em Janiópolis, o senhor, com muita propriedade, como Presidente da Comissão de Agricultura, discutíamos o assunto talvez dos mais injustiçados agricultores da história do Brasil, que são os securitizados, que não tiveram a informação necessária pelo Governo Federal e também pelos Bancos financiadores, no momento certo do seu refinanciamento da dívida, e que hoje, tem uma dívida impagável, Deputado Pessuti, como também membro dessa Comissão, queria solicitar da Assembléia Legislativa, por intermédio da Presidência da Assembléia, que fosse formada uma comissão de análise sobre os projetos e também convênios que o Banco do Estado do Paraná, também o Banco do Brasil, na securitização, forçaram agricultores a assinar o que não sabiam. A desinformação, naquele momento, talvez, trouxe o maior prejuízo da história para a agricultura do nosso Brasil.

E hoje, os pequenos agricultores que vêem a luta dos sem-terra, com a bandeira dos sem-terra, pleiteada pelo PT, com todos os companheiros, com todo o respeito que temos aqui na Assembléia, que lutam, que vão à frente com a bandeira dos sem-terra, também olhem para a bandeira dos "com-terra".

Os "com-terra" que, hoje, não têm crédito, que fizeram a securitização e que não conseguem mais crédito, hoje, junto ao Banco do Brasil, pela sua própria securitização e que se não houver esse recálculo, eles não terão condições de pagar a dívida, e muito menos conseguir algum crédito.

Por isso, Deputado Orlando Pessuti, estaremos juntos nessa luta, vamos estar em outras localidades do Brasil, tentando levantar, não a anistia, mas um recálculo imediato das dívidas dos pequenos e dos médios agricultores.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte que nos oferece Vossa Excelência e tenho certeza de que haveremos sim, de estarmos atentos, o Bloco Agropecuário, o Bloco Municipalista, a Comissão de Agricultura, os Srs. Deputados, estamos atentos às conversações que este grupo vem fazendo junto ao BANESTADO, no sentido de que venhamos a rever a securitização daquelas contas do "Panela Cheia".

Estamos aguardando para o dia de amanhã, resultados positivos em Brasília, já que o Deputado Odílio B. e o Deputado Moacir Miqueleto nos informaram, ontem, e a Vossa Excelência também, de que no dia de amanhã, terão uma reunião com o Ministério da Fazenda, com o Banco do Brasil, para ajustarem o alongamento desta dívida, a transferência desta primeira parcela, para ser a última parcela da securitização e iniciar desde já o recálculo dessas dívidas.

Vamos ficar atentos e vamos estar acompanhando, porque as reuniões estão acontecendo no interior do Estado como um todo. Estamos solicitando aos agricultores que procurem os seus sindicatos, que procurem as suas cooperativas, as suas associações, que procurem a nós Deputados Estaduais.

Ainda há pouco, tive a oportunidade de reunir-me com agricultores do Município de Contenda, em conjunto com o Deputado José Albanor Gomes, agricultores que estiveram ainda hoje de manhã, no Banco do Brasil, reivindicando as condições para o plantio da sua safra, já que os bancos, inclusive no BANESTADO de Contenda, disseram a um dos produtores, que não estão querendo financiar nenhum agricultor que esteja em pendência por meio da securitização.

Então, temos que estar atentos a isso. Teremos que fazer, cada um de nós, em nossas regiões, reuniões, pedir a todos eles, àqueles que têm condições, que paguem a primeira parcela.

Aquele que achar que a sua dívida está devidamente e corretamente securitizada, que cumpra aquele calendário que estabeleceu anteriormente com o Banco que fez a securitização. E todo aquele que tiver alguma dúvida, que tiver alguma dificuldade de entendimento, que procure a cada um de nós, os Deputados Estaduais de cada região, que tragam até nós estas denúncias, essas informações, estas sugestões, para que possamos compilar tudo isso, condensar tudo isso, e remeter aos nossos Deputados Estaduais, que bravamente estão lutando junto ao Congresso Nacional, para uma situação melhor para os agricultores.

Tive a oportunidade de estar, na última quinta e sexta-feira, Deputado Toti Colaço também esteve reunido conosco, com o Deputado do PMDB de Santa Catarina, Valdir Colatto, que é um dos grandes baluartes na defesa dos agricultores deste País, lá junto ao Governo Federal, ele dizia-me do trabalho que está fazendo ao lado do Abelardo Lupion, ao lado do Adílio B., ao lado do Miqueleto, ao lado de tantos companheiros, aqui do Paraná, que estão na luta em favor de uma revisão deste processo de securitização das dívidas, e principalmente no sentido de que se dêem condições aos produtores rurais de continuarem atuando perante a pequena propriedade.

Temos acompanhado a luta, como disse o Deputado Kielse, do Movimento Sem-Terra, em busca de um pedaço de chão para esta ou para aquela família, pessoas que se dispõem a ficar às margens das rodovias, pessoas que se dispõem a perder muitas vezes a sua vida ou de um familiar nesta busca, muitas vezes cega, nesta busca, até desorganizada, de um pedaço de terra, enquanto temos milhares de agricultores que estão lá na sua propriedade e que não encontram, numa hora destas, o apoio e o respaldo necessário para continuarem a sua atividade.

O que eles estão pedindo é que se dê mais prazos para eles pagarem, é que se dê condições para eles plantarem, é que se fiscalize este bendito custo de produção, porque a cada dia que passa, precisa-se de mais sacas de milho para comprar um trator, precisa-se de mais sacas de soja para comprar um saco de fertilizantes, precisa-se de mais arrobas de boi para comprar um fortificante, uma vacina ou um vermífugo.

Sempre priorizando-se o produto industrial, sempre dando-se subsídio ao produto industrial, sempre dando-se o dinheiro, fruto do suor do nosso

trabalho, a facilitar, a permitir o investimento industrial, como é o caso do MERCOSUL, Deputado Zucchi, o MERCOSUL que leva do Brasil as máquinas produzidas sem imposto, e depois manda-nos os produtos agrícolas de lá para cá, sem imposto, numa competição desumana, desigual, massacrante, em cima do produtor rural, que acaba assim, indo para a beira da estrada, como um sem-terra, ou para a periferia, como um favelado, como foi dito aqui, pelo Deputado Ângelo Vanhoni.

Aparte ao Deputado Augustinho Zucchi, e na sequência, ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Orlando Pessuti, gostaria, neste aparte, apenas solidarizar-me com o pronunciamento de Vossa Excelência, já que nós, como Presidente da Comissão de Agricultura, temos nos reunido juntamente com o Bloco Parlamentar Agropecuário, com vários Parlamentares, em busca de uma posição única, Deputado Pessuti, a respeito da securitização. Securitização, aliás, que consta numa linha, num artigo, não sei, no corpo da Medida Provisória que estabeleceu a securitização, por força de um voto do Conselho Monetário Nacional, tivemos ali a possibilidade do recálculo das dívidas, então, não é nada ilegal, é apenas o cumprimento da lei, daquilo que está estabelecido quando da securitização das dívidas nos nossos agricultores que, aliás, resolveu-se o problema dos bancos e não dos nossos agricultores.

Neste final de semana, ainda, recebi, Deputado Pessuti, várias reclamações andando pelo Sudoeste do Paraná, várias reclamações de agricultores que para fazer o seu custeio, agora têm que apresentar o comprovante de pagamento da primeira parcela da securitização ao Banco do Brasil.

No próprio BANESTADO, na securitização do "Panela Cheia", entendeu-se que pelo fato de pagar fora do prazo, perdeu o agricultor a equivalência ao produto, razão pela qual, então, ele entrou neste cálculo, por meio dos índices colocados para a securitização.

Entrei em contato, também, Deputado Pessuti, com as Comissões de Agricultura de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, porque acho que tem que ser a medida dos Parlamentos aqui não só do Sul do Brasil, mas, evidentemente, de todo o País, com a mobilização única e de uma proposta também única com relação ao recálculo destas dívidas, e como colocou Vossa Excelência,

quem puder pagar, que assim faça, que faça o pagamento, se concordar com a dívida ali colocada, que proceda o pagamento.

Agora, ocorre que grande parte dos nossos agricultores não tem a condição de fazer o pagamento, razão pela qual se não colocar esta primeira parcela no vencimento juntamente com a última, dificilmente os nossos agricultores vão poder, além de não pagar a primeira parcela, obter o crédito rural, para o financiamento da sua safra que começa agora.

É algo preocupante, acho que não é um problema nem da Comissão de Agricultura, nem do Bloco Parlamentar Agropecuário, e nem de nenhum Deputado, isoladamente. Acho que é um problema desta Casa, razão pela qual a nossa posição tem que ser conjunta, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, dando o respaldo e a força suficiente para que os Parlamentares da Frente Parlamentar da Agricultura, enfim, os Parlamentares do Congresso Nacional, possam, juntamente com o Ministro da Agricultura, com o Banco Central e com os outros organismos responsáveis pela questão da securitização, possamos ter uma reavaliação do processo de securitização.

Portanto, agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede e me somo às preocupações de Vossa Excelência, já que, juntamente, sempre estamos aqui, discutindo a questão da agropecuária nacional.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço a Vossa Excelência, e de imediato concedo o aparte ao Deputado Toti Colaço, permitindo à Presidência que debite no nosso tempo o horário da Liderança do PMDB.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Orlando Pessuti, o assunto que Vossa Excelência aborda, mais uma vez, nesta tarde, é da mais alta importância para o Paraná.

Queria apenas chamar a atenção de toda a Casa, da importância de envolver-se, de aprofundar-se, cada vez mais, com os problemas da nossa agricultura.

O gancho do endividamento agrícola levantado aqui pela região Centro-Sul do nosso Estado, está tomando corpo, hoje, em todo o Estado do Paraná. Mas é importante que todos nós Parlamentares, principalmente aqueles que têm representação no interior do Estado do Paraná, se aprofundem nesta cau-

sa, a meu ver, no momento em que vivemos, em termos de Brasil, em termos de Estado do Paraná, o assunto mais importante, mais delicado, que carece, que exige uma medida urgente do Governo Federal é também do Governo do Estado, diz respeito à produção agrícola, à pecuária, e assim por diante. Não há outro segmento do nosso desenvolvimento que careça de tanto apoio e com rapidez, porque na verdade, há tempo para tudo na vida, está escrito no livro sagrado. Há tempo para colher, há tempo para plantar e colher, há tempo para nascer e há tempo para morrer.

A nossa agricultura está vivendo, no momento da plantação, do preparo da terra, do preparo da cultura para o ano de 98, e o que é que estamos vendo em termos de Paraná? Com a securitização, hoje, praticamente 80% dos nossos agricultores com as dívidas securitizadas, é aquilo que Vossa Excelência acabou de relatar, e que estamos conversando semanalmente com os agricultores.

O crédito agrícola está fechado, não há como o agricultor financiar a próxima safra, porque está com o seu débito aí, e não vai pagar. Não adianta querermos nos enganar. Cinco por cento, talvez, honre o compromisso, a partir do dia 10 de outubro. O restante não vai pagar. Automaticamente, não tem como financiar a sua lavoura.

Outro assunto que Vossa Excelência abordou e que está no documento, e é bom que se esclareça este detalhe, é o apartado do Plano Collor. Participei de uma reunião recentemente na comunidade de Paulo Frontin, com agricultores, e as lideranças daquele município, onde um agricultor levantou e deu um depoimento, deu um testemunho e disse: "olha, Deputado Toti, quando veio o Governo Collor, eu tinha uma poupança no Banco do Brasil, tinha os meus recursos. Aos poucos fui deixando lá, para uma eventual emergência, até para quitar dívidas que tinha feito com relação à minha agricultura. O Governo sacou o dinheiro, confiscou o dinheiro, melhor dizendo, e ele ficou com a conta no Banco".

Quando ele foi pagar a sua conta, o juro e a correção monetária, da forma que fora implantada, era a situação econômica do país, não pôde mais pagar a conta. Quando foi receber o seu dinheiro de volta, automaticamente, não deu nem sequer para pagar um décimo da conta que estava lá no Banco, quando na verdade estava com a sua poupança lá, dava perfeitamente para pagar a

conta daquele financiamento, e automaticamente sobrava dinheiro ainda.

Então, esse apartado do Plano Collor, ainda são resquícios daquele Plano.

Outro assunto, só para finalizar, que Vossa Excelência está abordando, e que percebemos claramente em todas as reuniões, inclusive vamos ter uma esta semana, no Município de Rio Azul, na quinta-feira, diz respeito ao MERCOSUL, aquilo que foi até debatido agora, recentemente, na sexta-feira, por ocasião das lideranças do nossos partidos, aqui em Curitiba. Não houve um preparo, não houve um ajuste melhor para abertura direta, franca, da forma como encontra-se hoje o MERCOSUL. A nossa agricultura, principalmente os pequenos e médios agricultores, não têm como competirem, como Vossa Excelência acabou de colocar, com os produtos que estão sendo produzidos na Argentina, no Paraguai, no Uruguai e assim por diante.

Cumprimento Vossa Excelência pelo assunto. Este assunto não pode ser objeto de apenas uma ou duas discussões aqui nesta Casa. É importante que se faça uma comissão em caráter de excepcional urgência, com o apoio do nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, com o apoio da Casa para que este assunto seja discutido imediatamente em Brasília, com a presença não somente de Deputados, até de cooperativas, da FAEF, da FETAEP, de sindicatos, e assim por diante, porque o prazo está correndo muito rápido. Em outubro estas prestações começam a correr e há uma tensão muito grande no campo, em relação a esta primeira parcela.

Cumprimento e espero que Vossa Excelência, como Presidente do Bloco Agropecuário, possa entrar em contato com o nosso Presidente Anibal Khury e formar uma comissão, imediatamente, para tratar de forma específica deste assunto, independente de partido ou siglas partidárias, enfim, a Casa toda possa se representar neste levante que o Paraná faz na defesa da nossa agricultura e agropecuária.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Muito obrigado, Deputado Toti Colaço.

Queremos dizer a Vossa Excelência e a todos os Deputados que iremos desencadear todas as ações que se fizerem necessárias para que este assunto não venha a esmorecer, e para que os produtores rurais possam ter na Assembleia Legislativa, sim, o seu fórum de debates, e ter aqui nos Srs. Deputados, os seus defensores e seus porta-vozes.

Nós que temos andado pelo interior do Paraná, neste final de semana, estive, por exemplo, no Município de Cândido de Abreu, e o que mais vi lá foram lavouras de feijão, já plantadas. E na maioria delas os produtores fazendo acordo com comerciantes, com cooperativas, porque os bancos estão se negando a financiar o produtor que tenha dívida ou que tenha a sua dívida securitizada.

Finalmente, gostaria, ao tempo em que manifesto aqui o nosso acontecimento pela volta do nosso Vice-Presidente do Bloco Agropecuário, na plenitude de suas atividades, Deputado Miltinho Puppio, que está retornando de uma cirurgia, e tenho certeza que se somará a nós nessas reivindicações.

Uma coisa que já quero pedir aos Deputados Miltinho e Zuck, é que procurem nos próximos dias viabilizar junto ao Governo do Estado, a liberação dos recursos para os programas de café, algodão, do calcário, da semente de milho e feijão, porque todos sabemos que o calcário, praticamente, já passou o prazo para fazer a sua distribuição no solo. E daqui uns dias vamos passar o prazo de plantar o algodão, de fazer os viveiros de café, do plantio de milho e de feijão, sem que os produtores tenham recebido esses recursos que são da maior importância, e que fazem de programas agropecuários do Governo Jaime Lerner, mas que infelizmente, segundo produtores rurais dos municípios por onde andamos, nenhum deles viu ainda a cor do dinheiro, ou as qualidades dessa semente.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Horário das Lideranças.  
PFL.

Questão de Ordem, o Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Questão de Ordem) - Quero comunicar a presença do Prefeito de Iracema, o Sr. Lourival Bernardino, que está aqui no nosso Plenário, e também do nosso grande líder da Cidade de Paranavaí, Etapejara Demerval Silvestre, Presidente da Associação das Indústrias de Farinha de Mandioca do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência se associa, com os votos de boas-vindas.

PTB; PPB; PDT; PL; PSDB.

Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente Neivo Beraldin, Srs. Deputados.

Na última quarta-feira à noite, os estudantes da UNIOESTE, particularmente os estudantes da UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu, juntamente com suas lideranças, presidente do diretório central, dos centros acadêmicos, professores, direção da UNIOESTE Foz, com representante da UNIOESTE geral, com lideranças políticas de toda região, entre elas o Deputado Irineu Colombo, prefeitos, vereadores, sindicatos, com o apoio dos estudantes de 2º grau, fizeram uma significativa manifestação na UNIOESTE, Campus Foz do Iguaçu, solicitando, conclamando por meio dessa manifestação que o Governo do Estado, por meio da secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, desse o andamento normal, agilizasse o processo que prevê a criação do curso de engenharia elétrica para o Campus de Foz do Iguaçu.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este curso foi aprovado pelo Conselho Universitário, em dezembro de 1994, na mesma época em que foi aprovado os cursos de medicina e odontologia, que já estão instalados e funcionando plenamente na Cidade de Cascavel, e outros cursos que foram instalados em outros campus da Universidade do Oeste do Estado do Paraná - UNIOESTE.

Se não houver uma rápida tramitação, passando inclusive pelo Conselho Estadual de Educação até o mês de setembro, não teremos condições de fazer o vestibular para o curso de engenharia elétrica no final do ano ou no início do ano que vem, portanto não teremos condições de ter este curso em pleno funcionamento, a partir de 1998.

A preocupação dos estudantes, da sociedade da região Oeste e extremo Oeste do Paraná é procedente, até porque esse curso gerou uma grande expectativa em toda a sociedade, pela oportunidade que ele se instalaria naquela região, até porque, temos ali a maior hidrelétrica do mundo, a Usina de Itaipu, e temos todas as condições em termos de recursos humanos, se fizermos convênios de apoios logísticos e estratégicos da própria Itaipu, porque lá, temos laboratórios de última geração para fazer desse um curso de primeira linha, para atender não só a região, mas o Paraná, e quiçá todo o Brasil.

Lamentavelmente, a tramitação desse processo vem se arrastando de forma muito lenta e a nossa preocupa-

ção, gostaríamos que isso não estivesse acontecendo, é de que, mais uma vez, este curso não seja efetivamente aprovado e não saia o vestibular ainda nesse final de ano, ou no início do ano que vem.

Concedo o aparte ao Deputado Sâmis da Silva.

O Sr. Sâmis da Silva - Deputado, quero parabenizá-lo pela defesa que faz, na tarde de hoje, do curso do Campus de Foz do Iguaçu, da UNIOESTE. Vossa Excelência esteve lá na semana passada, infelizmente não pudemos estar lá na quarta-feira à noite, na reivindicação, junto aos estudantes e professores da UNIOESTE, Foz do Iguaçu. O Deputado Colombo também esteve lá com Vossa Excelência, fazendo a defesa.

Tenho conversado muito com o Secretário da Ciência e Tecnologia, também reivindicando a implantação do curso de engenharia elétrica para Foz do Iguaçu. Já foi entregue a carta consulta pela UNIOESTE há mais de 120 dias ao Secretário, e lamentavelmente, está paralisado na Secretaria, dependendo única e exclusivamente da autorização do Secretário, para que ele vá até o Conselho Estadual de Ensino, para que possa ser autorizada a UNIOESTE a implantar.

Como Vossa Excelência bem disse aqui, temos lá a Itaipu Binacional, o maior laboratório do mundo, se colocando como parceiro da UNIOESTE na implantação deste curso de engenharia elétrica. Inclusive, na elaboração desse projeto da Itaipu, junto com a UNIOESTE, junto com a COPEL lá em Foz do Iguaçu, trabalharam na elaboração para que se possa implantar esse curso de engenharia elétrica lá em Foz do Iguaçu, e lamentavelmente estamos vendo que o projeto está amarrado, a autorização está amarrada nas mãos do Secretário Alex Beltrão, e vem frustrando toda a sociedade, não só de Foz do Iguaçu, mas do Oeste do Paraná, que é na implantação desse curso de engenharia elétrica na UNIOESTE, no Campus de Foz do Iguaçu.

Parabenizo-o pela defesa que faz aqui, hoje, nesta tribuna.

Muito obrigado!

O SR. SÉRGIO SPADA - Agradeço o aparte do Deputado Sâmis da Silva, que vem batalhando também pela implantação desse curso naquela cidade, que não atende só Foz do Iguaçu, mas toda aquela região do extremo Oeste do Estado do Paraná.

E como falei, por ser um curso de primeira linha, Deputado Sâmis, esse curso pode atender todo o Oeste do Estado do Paraná, todo o Estado do Paraná e talvez até a região Sul do nosso Brasil.

Acontece, Deputado Sâmis, Deputado Colombo, Deputados que representam aquela região, que há uma certa discriminação em relação ao tratamento que o Governo do Estado dá para o Campus da UNIOESTE Foz, se comparado com o tratamento que é dado para o Campus da UNIOESTE Cascavel, por exemplo, que não somos contra, pelo contrário, temos lutado aqui com os Deputados da região, o Duílio Genari, o Edgar Bueno, na luta, por exemplo, pelo reconhecimento e implantação do curso de Odontologia, Medicina, o que é uma justa reivindicação naquela região.

Agora, em Cascavel, foram implantados esses cursos que foram criados juntos com esse curso de engenharia elétrica, lá para o Campus de Foz do Iguaçu. E em Foz ainda não foi implantado esse curso.

Sofremos mais uma discriminação. Não há recursos, segundo informações ou alegações do Governo do Estado, para implantar esse curso em Foz, mas há recursos para construir grandes hospitais, universidades, por exemplo, em Ponta Grossa, em Londrina, em Maringá. Também não somos contra o investimento no ensino superior nos outros Campus das Universidades do Estado do Paraná, agora, não podemos admitir que sejamos discriminados duas vezes, uma em relação a UNIOESTE como um todo, e outra em relação ao ensino superior, as universidades do Estado do Paraná.

Dai a importância de não politizarmos essa questão, muito pelo contrário, mas unirmos a sociedade organizada de todas as formas, convocarmos todas as lideranças, prefeitos, vereadores, sindicatos, associações comerciais, os Deputados daquela região a quem solicitamos, reivindicamos o apoio também, o Deputado Élio Rusch, o Deputado Edgar Bueno, o Deputado Colombo, o Deputado Nereu Moura, o Deputado Duílio Genari. É importante que o Oeste entre nessa luta pela instalação do curso de engenharia elétrica, que é lá no Campus de Foz, mas para atender a toda a região, mobilizem-se, porque afinal de contas, temos que lutar por um direito sagrado, líquido, daquela população, promessa assumida, reiteradamente assumida e que tem que ser cumprida o mais rápido possível.

Exatamente neste sentido, estamos, juntamente com os Deputados que

representam a região, encaminhando o movimento ou ajudando nesse movimento, marcando audiências com o Secretário, com o Conselho de Educação, com a própria Comissão de Educação desta Assembleia Legislativa, para que as lideranças da Região venham para cá e aqui discutam com essas autoridades a imediata instalação do curso de engenharia elétrica daquela região.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, como Líder da Bancada do Partido Progressista Brasileiro, gostaria de pedir a Vossa Excelência, que também faz parte do nosso Partido, que proceda o registro da presença, na Sessão desta tarde, do Deputado Federal Ricardo Barros, do nosso Partido, que nos dá a honra da sua presença, o Deputado Federal Dilceu Sperafico, o Deputado Federal José Janene, Presidente do Regional do nosso partido, que também visita-nos nesta tarde.

Gostaria que Vossa Excelência determinasse o registro de tão honrosas presenças na nossa Sessão de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Com muita honra, a Presidência se associa com os votos de boas vindas aos Srs. Deputados.

Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 134/97, subscrito pelo Sr. Deputado Doutor Rossinha, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25 a 29 do corrente mês, por estar nessa ocasião em São Paulo, participando do V Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e V Congresso Paulista de Saúde Pública. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 431/96, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de terapia Familiar - APTF, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 139/96, de 17.09.96).

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 170/97, de autoria do Deputado Aedmar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Casa Familiar Rural, com sede e foro no Município de Marreleiro. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 54/97, de 17.04.97).

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 323/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Lar Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 113/97, de 04.08.97).

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Assistencial Recreativa de Aposentados da Vila Esperança, com sede e foro na Cidade de Maringá. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 113/97, de 04.08.97).

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos Moradias Shalon, com sede e foro no Município de Curitiba - PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Moradores de Rio da Areia, com sede e foro no Município de Prudentópolis. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que declara de Utilidade Pública a Associação da Casa de Santa Martha - Centro de Convivência para o Excepcional - ACASAN, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/97, de autoria do Deputado Hidetazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto El Shaday de Desenvolvimento Social - ISEDES, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Professora Nilda Simioni Rodrigues, com sede e foro na Cidade de Jaguapitã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 116/98, de 06.08.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 341/97

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Professora Nilda Simioni Rodrigues, com sede e foro na Cidade de Jaguapitã.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CEZAR SELEME - Relator

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Menino Deus de Rondon, com sede e foro na Cidade de Rondon. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 116/97, de 06.08.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 348/97

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, visa declarar de Utilidade Pública a Creche Menino Deus de Rondon, com sede e foro na Cidade de Rondon.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CEZAR SELEME - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Loanda, com sede e foro no Município de Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 116/97, de 06.08.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 351/97

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Loanda.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CEZAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Quero alertar aos Srs. Deputados que amanhã teremos uma Sessão considerada Extraordinária, aonde teremos a oportunidade de homenagear o Sr. Segismundo.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1885, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos Srs. Deputados Péricles Mello, Nereu Moura, Doutor Rosinha e Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1933, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1934, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 1937 e 1947, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1938, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1940, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1936, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945 e 1946, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1948, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1949, de autoria do Sr. Deputado João Techy, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1950, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Deputado Ângelo Vanhoni requer envio de expediente ao Secretário Miguel Salomão, Presidente do BANESTADO. O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o envio de pedido de informações ao Sr. ... lê-se aqui no lugar de Giovani Gionedis é Miguel Salomão, presidente do... este requerimento está incompleto e espero que seja refeito, para que venha na Sessão de amanhã. **Fica a discussão adiada.**

Requerimento nº 1902, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos Srs. Deputados Péricles Mello e Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

Pela Ordem, o Deputado Ângelo Vanhoni com a palavra.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Vou pedir a retirada do requerimento, porque já entrei em discussão com o Líder do Governo Deputado Valdir

Rossoni, e na semana que vem estou já de acesso da documentação referida a este pedido de informações. Na verdade é um pedido de informações a respeito de um processo de licitação dentro da COPEL, relativo a Usina de Salto Caxias. Mas, já me foram franqueadas essas informações, fora esta semana, na outra, estarei em contato com os técnicos da COPEL, para dirimir qualquer dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - O requerimento está retirado, a pedido do autor.

Volto a colocar em votação o requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni, que requer envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná. Envio de pedido de informações ao Sr. Presidente do Banco, Miguel Salomão, solicitando uma cópia do documento...

Mais uma vez vou pedir ao Deputado autor, que por gentileza, preciso saber... amanhã, então, aprovamos este requerimento.

Pela ordem, o Deputado Ângelo Vanhoni, com a palavra.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Se tiver alguma dúvida na redação, a realidade é o seguinte: só estou pedindo esclarecimentos a respeito de algumas notícias que foram veiculadas.

O Governo do Estado, através da Secretaria do Planejamento, no meu entendimento, tinha sido Secretário da Fazenda, mas não foi, que tem comandado algumas negociações com as instituições federais. Seja do BNDES, do Banco Central, a respeito do reajuste e do sistema financeiro, alguns processos que estão em cursos aí no Governo do Estado com relação a União.

Então, só refiz para que o Secretário do Planejamento preste essas informações, no lugar de Giovani Gionedis. Se trata de um documento endereçado ao Dr. Miguel Salomão.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Era isto que ia pedir, para que tenhamos conhecimento do teor do requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Meivo Beraldin) - Pela Ordem, com o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Excelência, um requerimento de minha autoria, que pede informações sobre duas empresas que teriam realizado operações com o BANESTADO...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Segundo informações da assessoria, este requerimento Vossa Excelência retirou, e a mesma assessoria aguardava de Vossa Excelência o pronunciamento...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Mas que ele voltasse na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Fica adiado para amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 270 e 313/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 335, 341, 348, 351 e 354/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 229, 320, 331 e 358/97.

Marco ainda, uma Sessão Solene e comemorativa ao centenário de nascimento do Sr. Segismundo Gradowski, ocasião em que lhe será outorgado o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, por proposição do Deputado Albanor Gomes, a realizar-se as 17:00 horas, no dia 26.

Levanta-se a sessão.